

PRUDENPREV - SISTEMA DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE

RELATÓRIO DE CONTROLES INTERNOS

2º Semestre/2018

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

2º SEMESTRE/2018

O Controle Interno da Prudenprev é realizado pelo Município de Presidente Prudente, conforme estabelecido no Decreto nº 27.574/2017. As atividades exercidas pelo Controlador Interno buscam identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos mais relevantes para o RPPS, sendo suas atribuições conferidas pela Lei Municipal Nº 4.558/1997, que cria o cargo de Controlador Interno no Município de Presidente Prudente, e Lei nº 6.307/2004, que dispõe sobre as suas atribuições. Ademais, o sistema de Controle Interno é fundamentado pela Constituição Federal (artigos 31, 70 e 74), Lei Complementar nº 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 59), Lei nº 4.320/64 (artigos 76 a 80) e Resolução 1.135/2008 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Neste período, em análise aos documentos e planilhas apresentadas, podemos constatar o seguinte:

1. Regulamentação do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores:

Atualmente, o Sistema de Previdência Municipal de Presidente Prudente – Prudenprev está regulamentado pela Lei Complementar nº 106/2001.

A massa de segurados pertencentes ao RPPS está segmentada em dois grupos, conforme definido na Lei Complementar nº 106/2001:

- I. Conta Previdenciária:** que compreende os servidores admitidos no serviço público a partir de 01 de janeiro de 2002 e aposentadorias e pensões geradas por estes servidores.
- II. Conta Financeira:** que compreende os servidores admitidos no serviço público até 31 de dezembro de 2001 e benefícios gerados por estes servidores.

Desta forma, as receitas e despesas do RPPS são analisadas de forma segregada no presente relatório.

2. Execução Orçamentária:

2.1 Resultado da Execução Orçamentária – Receitas

Verificamos o comportamento da Execução Orçamentária do plano financeiro e do plano previdenciário, no tocante às Receitas, e aferimos o seguinte resultado acumulado até o semestre em exame:

Receitas Orçamentárias – Plano Financeiro

Receitas – Plano Financeiro	Previsão Inicial Acumulada até o Semestre	Previsão Atualizada Acumulada até o Semestre	Realização Acumulada até o Semestre	% Realizado	
				Previsão Inicial	Previsão Atualizada
Contribuição do Segurado	R\$ 9.478.500,00	R\$ 9.478.500,00	R\$ 10.667.591,36	113%	113%
Contribuição Patronal	R\$ 17.432.000,00	R\$ 19.132.000,00	R\$ 19.195.928,12	110%	100%
COMPREV	R\$ 850.000,00	R\$ 3.324.398,72	R\$ 3.324.398,72	391%	100%
Receita Patrimonial	R\$ 150.500,00	R\$ 150.500,00	R\$ 482.502,72	321%	321%
Outras Receitas	R\$ 1.450.000,00	R\$ 1.450.000,00	R\$ 34.065,73	2%	2%
Total	R\$ 29.361.000,00	R\$ 33.535.398,72	R\$ 33.704.486,65	115%	101%

As atualizações nas previsões iniciais das receitas orçamentárias são derivadas do excesso de arrecadação ocorridos nas receitas com contribuição patronal e Compensação Previdenciária (COMPREV), recursos estes utilizados para pagamento de benefícios previdenciários do plano financeiro.

No tocante as receitas patrimoniais, esclarecemos que o seu reconhecimento como receita orçamentária se dá por ocasião da realização financeira dos investimentos do

RPPS em atendimento as Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 14(Procedimentos Contábeis Relativos aos RPPS), ou seja, a receita orçamentária é reconhecida na data em que ocorrem os resgates de aplicações financeiras. No 2º semestre de 2018 observa-se um excesso de arrecadação neste item em função da ocorrência de resgates de investimentos superior ao projetado inicialmente.

Notamos ainda uma arrecadação aquém do esperado em outras receitas correntes que se justifica em função da mudança de critérios de contabilização dos valores repassados pelo Município de Presidente Prudente à Prudenprev relativo ao abono temporário LEI 6.913/2009, alterada pela lei 9.303/2017, pago aos servidores inativos (aposentados e pensionistas) vinculados ao RPPS, onde até o ano de 2017 tal recurso era tratado como receita orçamentária, e a partir de 2018 por receita extraorçamentária, por se tratar de arrecadação que não faz parte do orçamento da Prudenprev. Ocorre que tal verba remuneratória, por não se tratar de benefício previdenciário, deve ser custeada pelo ente federativo, sendo que estes valores são repassados mensalmente à Prudenprev pelo Município na data de pagamento da folha de benefícios, que por sua vez os repassa aos inativos.

Receitas Orçamentárias – Plano Previdenciário

Receitas – Plano Financeiro	Previsão Inicial Acumulada até o Semestre	Previsão Atualizada Acumulada até o Semestre	Realização Acumulada até o Semestre	% Realizado	
				Previsão Inicial	Previsão Atualizada
Contribuição do Segurado	R\$ 8.584.500,00	R\$ 8.584.500,00	R\$ 10.357.896,55	121%	121%
Contribuição Patronal	R\$ 17.128.000,00	R\$ 17.128.000,00	R\$ 20.333.601,39	119%	119%
COMPREV	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0%	0%
Receita Patrimonial	R\$ 1.500.000,00	R\$ 1.500.000,00	R\$ 19.812.027,59	1321%	1321%
Outras Receitas	R\$ 70.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 2.912,10	4%	4%
Total	R\$ 27.282.500,00	R\$ 27.282.500,00	R\$ 50.506.437,63	185%	185%

Não ocorreram, para o plano previdenciário, atualizações nas previsões iniciais das receitas orçamentárias no período analisado. Observamos um excesso de arrecadação com grande vulto nas receitas patrimoniais em função da ocorrência de resgates de investimentos superior ao projetado inicialmente, justificada por realocações efetuadas na carteira de investimentos do plano previdenciário em atendimento às estratégias adotadas pelo Instituto visando o atingimento da meta atuarial de 2018.

Em relação a realização de receita aquém do projetado em outras receitas correntes, cabe a mesma justificativa apresentada no plano financeiro para estas receitas.

2.1.1 Fiscalização das Receitas de Contribuições

Constatamos a regularidade dos lançamentos, cobranças e registro das receitas das contribuições previdenciárias, patronal e segurados, no período analisado.

Verificamos ainda que os recolhimentos se deram por parte da Prefeitura Municipal, Câmara Municipal e Prudenprev, na forma e nos prazos previstos.

2.1.2 Fiscalização das Demais Receitas

Constatamos a regularidade dos lançamentos, cobranças e registro das receitas de Compensação Previdenciária, Rendimentos de Aplicações Financeiras (Receitas Patrimoniais) e demais receitas, no período analisado.

2.2 Resultado da Execução Orçamentária – Despesas

Verificamos o comportamento da Execução Orçamentária do plano financeiro e do plano previdenciário, no tocante às Despesas, e aferimos o seguinte resultado acumulado até o semestre em exame:

Despesas Orçamentárias – Plano Financeiro

Despesas – Plano Financeiro	Dotação Inicial Acumulada até o Semestre	Dotação Atualizada Acumulada até o Semestre	Realização Acumulada até o Semestre	% Realizado	
				Dotação Inicial	Dotação Atualizada
Pessoal e Encargos	R\$ 61.445.430,00	R\$ 66.671.828,72	R\$ 66.609.634,35	108%	100%
Outras Despesas Correntes	R\$ 250.000,00	R\$ 310.000,00	R\$ 273.945,30	110%	88%
Total	R\$ 61.695.430,00	R\$ 66.981.828,72	R\$ 66.883.579,65	108%	100%

As diferenças apresentadas entre a dotação inicial e as despesas realizadas no plano financeiro, equivalente a R\$ 5.286.398,72, são justificadas por suplementação de dotação orçamentárias ocorridas durante o ano de 2018 em função de abertura de crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação de contribuição patronal e COMPREV (R\$ 4.173.398,72) e superávit financeiro de exercício anterior (R\$ 1.113.000,00).

A necessidade de suplementação de dotações orçamentárias são justificadas por aumento superior ao projetado nas despesas com pagamento de benefícios previdenciários para o ano de 2018.

As outras despesas correntes representam valores dispendidos no ano de 2018 com pagamento de sentenças judiciais, ofícios requisitórios de pequeno valor, no montante de R\$ 125.524,38, e transferência efetuada à União a título de pagamento de Compensação Previdenciária Regime Instituidor (COMPREV-RI), no montante de R\$ 148.420,92.

Despesas Orçamentárias – Plano Previdenciário

Despesas – Plano Previdenciário	Dotação Inicial Acumulada até o Semestre	Dotação Atualizada Acumulada até o Semestre	Realização Acumulada até o Semestre	% Realizado	
				Dotação Inicial	Dotação Atualizada
Pessoal e Encargos	R\$ 4.900.000,00	R\$ 4.900.000,00	R\$ 4.353.555,78	89%	89%
Outras Despesas Correntes	R\$ 210.000,00	R\$ 210.000,00	R\$ 3.376,99	2%	2%
Total	R\$ 5.110.000,00	R\$ 5.110.000,00	R\$ 4.356.932,77	85%	85%

No plano previdenciário, observamos uma economia orçamentária na ordem de 15% em relação a despesa fixada e a despesa executada.

As outras despesas correntes representam valores dispendidos no ano de 2018 com pagamento de sentenças judiciais, ofícios requisitórios de pequeno valor, no montante de R\$ 3.376,99.

Despesas Orçamentárias – Taxa de Administração

Despesas – Taxa de Administração	Dotação Inicial Acumulada até o Semestre	Dotação Atualizada Acumulada até o Semestre	Realização Acumulada até o Semestre	% Realizado	
				Dotação Inicial	Dotação Atualizada
Pessoal e Encargos	R\$ 2.421.000,00	R\$ 2.421.000,00	R\$ 1.765.214,20	73%	73%
Outras Despesas Correntes	R\$ 1.251.000,00	R\$ 1.251.000,00	R\$ 195.635,51	16%	16%
Despesas de Capital	R\$ 961.700,00	R\$ 961.700,00	R\$ 3.273,00	0,3%	0,3%
Total	R\$ 4.633.700,00	R\$ 4.633.700,00	R\$ 3.248.702,49	89%	89%

Analisamos as despesas administrativas acumuladas até o segundo semestre de 2018 e estas demonstraram que foram realizadas dentro do limite constantes no Orçamento Anual. Os gastos realizados com recursos provenientes da taxa de

administração alcançaram 89% da dotação fixada, resultando em uma economia orçamentária na ordem de 11%.

Constamos ainda que o limite de despesa administrativa fixado no Orçamento Anual está aquém do limite previsto na Lei Complementar nº 204/2016, o qual estabelece por taxa de administração o percentual de 2% sobre a remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados à Prudenprev, relativo ao exercício financeiro anterior, conforme demonstrado abaixo:

Remuneração Bruta dos segurados vinculados ao RPPS em 2017	R\$ 260.641.260,25
Taxa de Administração para 2018 (2%)	R\$ 5.212.825,20
Despesas Administrativas Realizadas	R\$ 3.248.702,49
Resultado	R\$ 1.964.122,71

Verificamos ainda que a sobra da taxa de administração do período está devidamente aplicada em conta segregada, específica para uso de taxa de administração, não sendo realizado no período em exame, reversão de tal para pagamento de benefícios previdenciários.

Foram examinadas as despesas efetuadas no período e constatamos a sua regularidade quanto ao aspecto formal.

2.2.1 Ordem Cronológica dos Pagamentos

O controle interno verificou cumprimento de todas as obrigações financeiras no período. Todos os fornecedores e colaboradores foram pagos dentro das datas previstas, constatando-se atendimento à ordem cronológica dos pagamentos.

Ao final do 2º semestre de 2018, houve inscrição de R\$ 366,00 em restos a pagar processados, relativos a despesas administrativas liquidadas em 2018. Constatamos que este valor foi quitado dentro de seu prazo de vencimento no ano de 2019.

3. Gestão de Investimentos

A Gestão de Investimentos se deu em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.922/2010, e suas atualizações, que regulamenta a matéria, bem como da política de Investimentos da Prudenprev para o ano de 2018.

Em 2018, os investimentos da Prudenprev obteve um retorno sobre seus investimentos de 10,38%, superando, desta forma, a meta atuarial de 9,92% (IPCA+6% a.a).

A Prudenprev encaminhou à Secretaria de Previdência, via CADPREV (Sistemas de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social), de forma mensal o Demonstrativo das Aplicações e Investimentos de Recursos (DAIR), bimestral o Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses (DIPR), e anual a Declaração de Política de Investimentos (DPIN). Em consulta, verificamos que todos os demonstrativos citados constam com a situação “regular”.

4. Servidores Integrantes do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

No encerramento do 2º semestre de 2018 a Prudenprev possuía em seu quadro de pessoal 22 servidores efetivos, 3 servidores efetivos em cargo de comissão, 3 comissionados e 2 servidores cedidos pela Prefeitura Municipal.

5. Concessão de Benefícios

Atestamos a conformidade dos processos de concessão de benefícios com relação ao mapeamento e manualização elaborado pelo RPPS referente aposentadoria e pensão por morte.

Diante de todo o apurado, não encontramos erros ou vícios formais, concluindo pela regularidade dos procedimentos relatados nos itens deste relatório.

6. Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP)

O Município de Presidente Prudente está com Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) vigente, com vencimento em 22/12/2019.

Foi constatado o atendimento a todos os requisitos necessários à sua renovação, não existindo critérios irregulares para a Prudenprev junto à Secretaria de Previdência.

7. Transparência

Verificamos que a Prudenprev mantém atualizado seu website (www.prudenprev.com.br) onde pudemos encontrar publicados as Atas das Reuniões do Conselho Municipal de Previdência, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos, carteira de investimentos mensais, relatórios de investimentos, política de investimentos, relatórios de cálculo atuarial, balancetes mensais das receitas e despesas, e demonstrações contábeis anuais, atendendo ao princípio da transparência da coisa pública.

Diante de todo o apurado, não encontramos erros ou vícios formais, concluindo pela regularidade dos procedimentos relativos ao 2º semestre de 2018.

Encaminhamos ainda o presente relatório aos membros do Conselho Municipal de Previdência e Conselho Fiscal para a apreciação.

Presidente Prudente, 01 de outubro de 2019.

JOSÉ CARLOS RAPOSO
Responsável pelo Controle Interno